

5.F.

Novo governo

O afastamento do governador Aimé Lamaison do governo do Distrito Federal, por razões que não são as razões de Estado, interrompe uma administração fecunda. Já neste ponto, e em face das circunstâncias deste caso, vale questionar a qualidade do processo não-eleitoral de constituição do governo da cidade. Nomeado, e não eleito, o governador é demissível ad nutum ou está obrigado a demitir-se quando decaem os pressupostos da relação atípica que se estabelece pela nomeação entre o governador e o presidente da República. Sendo, porém, governador, e não ministro, o qual segue diretrizes rígidas do presidente, tem ele autonomia administrativa e, por isso, um programa de governo próprio e estritamente pessoal. E este programa que se interrompe, muito mais que na substituição de ministros, quando ocupa o lugar um novo estilo que decorre de uma visão pessoal diferente da mesma problemática sobre a qual ele se insere. A continuidade administrativa perde, sejam quais forem a qualidade e o empenho das pessoas envolvidas, no processo de nomeação de governador.

Aimé Lamaison, homem sóbrio e dedicado ao trabalho, teve a sensibilidade de acudir à demanda que correspondia ao momento histórico de Brasília e realizou um governo voltado para os segmentos populacionais periféricos, revertendo tendências à concentração de investimentos no Plano Piloto. Tendo interrompido a expansão física da cidade, representada pela anterior política de retroalimentação do fluxo migratório através da edificação irracional sobre es-

paços não urbanizados, seu governo investiu fortemente na melhoria da qualidade de vida das populações já assentadas. O serviço de saneamento básico cresceu no período de uma oferta global de 15% nas cidades-satélites para algo em torno de 70%, desfazendo enormes contingentes populacionais. Nos planos da Educação e da Saúde, também infra-estruturais e não ostentatórios, o progresso sob o governo Lamaison foi visível.

O novo governador, José Ornelas de Sousa Filho, tem imensas demandas a atender. Não só aquelas que se exprimem nos programas inconclusos, mas outros, no plano político por exemplo, em que se verifica nossa vigorosa busca de identidade. Brasília não é só a sede do governo da União, mas o lugar onde vivem 1 milhão de brasileiros culturais e socialmente desenvolvidos que têm o direito, e até o dever, de pesar no processo político do país. A atitude do governador, a serviço dessa aspiração, deve ser a busca incessante de um relacionamento com os poderes da União que exprima o pensamento e a vontade dos governados. A audiência das entidades de classe de Brasília, o melhor entrosamento com a Comissão do Distrito Federal, a implantação de uma política voltada para a formação da nossa identidade cultural e, sobretudo, a determinação de ser um governador, como o são os dos Estados maiores, chamado a influenciar a política do país, são expectativas que pesam sobre o novo titular do cargo. Brasília o aguarda com fé, pronta a retribuir, com estímulo, sua dedicação e espírito público.